



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 15/2026

A Câmara Municipal de Jaguariúna, por meio do Departamento de Compras e Licitações, **TORNA PÚBLICO O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 para o objeto abaixo:

Objeto: Expedição de certificado de licença, CLCB, para a edificação ou a área de risco baixo, nos termos do regulamento de segurança contra incêndio do Estado de São Paulo.

Critério de Julgamento: Menor preço global.

Valor Estimado para a Contratante: R\$ 1.930,71 (mil novecentos e trinta reais e setenta e um centavos)

Documentos Anexos:

- Termo de Referência
- Modelo de Proposta Comercial

Prazo para Envio das Propostas:

As propostas deverão ser encaminhadas para o e-mail mariagomes@jaguariuna.sp.leg.br até as 23h59 do dia 25 de maio de 2026.

Jaguariúna, 20 de maio de 2026.

Assinado digitalmente por ROSANGELA MOREIRA DE SANTANA RIBEIRO, Data: 20-05-2026 13:36:30

Rosangela M. S. Ribeiro
Diretora do Departamento de Compras e Licitações



Contato para dúvidas:

- E-mail: mariagomes@jaguariuna.sp.leg.br
- Telefone: (19) 3847-4336 – Depto. Compras com Rosangela



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DIRETA - SERVIÇO

UNIDADE SOLICITANTE: Departamento de Compras e Licitações

1. OBJETO

1.1. Expedição de certificado de licença, CLCB, para a edificação ou a área de risco baixo, nos termos do regulamento de segurança contra incêndio do Estado de São Paulo.

1.2. Especificações e quantidades

<i>Itens</i>	<i>CATMAT/ CATSER</i>	<i>Descrição Simplificada</i>	<i>Unid.</i>	<i>Qtde.</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor Total</i>
1	25470	Prestação de serviços técnicos especializados para obtenção e/ou renovação de AVCB/CLCB, compreendendo vistoria técnica preliminar das instalações e sistemas de prevenção e combate a incêndio, elaboração de laudos técnicos, emissão de ART/RRT por profissional habilitado, elaboração e protocolo da documentação necessária junto ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, acompanhamento do processo no sistema "Via Fácil Bombeiros", incluindo correções e atendimento a exigências até a emissão final do certificado.	SRV	1	R\$ 1.930,71	R\$ 1.930,71
TOTAL:						R\$ 1.930,71

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação dos serviços necessários à renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) justifica-se pela imprescindibilidade de manutenção da regularidade da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

edificação perante o Corpo de Bombeiros, bem como pela necessidade de atendimento às normas de segurança contra incêndio e pânico vigentes.

A renovação do certificado faz-se necessária, tendo em vista que sua validade expira em 03 de junho de 2026, sendo indispensável a adoção de providências para assegurar a continuidade da regularidade do imóvel e o pleno funcionamento das atividades desenvolvidas no local.

O AVCB constitui requisito obrigatório para o funcionamento regular das atividades, sendo instrumento essencial para atestar que a edificação dispõe de condições adequadas de segurança, proteção à vida, ao patrimônio público e privado, e prevenção de riscos.

Ademais, a sua renovação atende diretamente ao interesse público, na medida em que garante a continuidade dos serviços prestados por este órgão/entidade, evitando sanções administrativas, restrições ao funcionamento e eventuais prejuízos à coletividade.

Dessa forma, a presente contratação mostra-se indispensável para assegurar a conformidade legal, a segurança dos usuários e servidores, bem como a regularidade das atividades institucionais.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1. O presente serviço será executado sob o regime de Empreitada por Preço Global, conforme definição do Art. 6º, Inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2. O regime de **Empreitada por Preço Global** é o mais adequado para o objeto contratado, **uma vez que se trata de serviço com escopo definido, cujo resultado final consiste na obtenção do AVCB, permitindo a fixação de valor certo e total para sua execução**

4. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 4.1. O valor estimado da contratação é de R\$1.930,71 (mil novecentos e trinta reais e setenta e um centavos), calculado com base na média por itens obtida em pesquisas de valores praticados pelo mercado, respeitando o artigo 23 da Lei nº 14.133/21, ou seja utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, contratações similares feitas pela Administração Pública, e banco de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 4.2. A presente estimativa poderá sofrer alterações em conformidade com o disposto no item 20. **DISPOSIÇÕES GERAIS**, deste TR.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

5. CONDIÇÃO DE PAGAMENTO E RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

5.1. Da Condição de Pagamento

- 5.1.1. A Câmara Municipal de Jaguariúna efetuará o **pagamento no prazo de 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura com consequente aceite, devendo estas serem emitidas após a realização de cada serviço.
- 5.1.2. **A Nota Fiscal/Fatura liquidada deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do vencedor da contratação e atestada pelo fiscal do contrato.**
- 5.1.3. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que a CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.
- 5.1.4. Os preços apresentados deverão estar em conformidade com as especificações técnicas e quantidades descritas, os quais serão considerados como finais e irrevogáveis até a execução completa do objeto.
- 5.1.5. Para o devido pagamento, o fornecedor deve **obrigatoriamente** possuir conta no **Banco do Brasil** ou gerar **boleto bancário**.
- 5.1.6. Ao ser emitida a nota fiscal referente ao objeto, a mesma deverá ser encaminhada ao Departamento de Compras, Licitações e Patrimônio, com cópia para o Departamento de Finanças e Contabilidade, através dos e-mails: **compras@jaguariuna.sp.leg.br** c/c **sandraneri@jaguariuna.sp.leg.br**.
- 5.1.7. Havendo rejeição da NF ou boleto, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá **refazê-la no prazo de 02 (dois) dias úteis**, observando as condições estabelecidas para a prestação nos prazos estabelecidos neste instrumento, contados a partir da notificação expedida pelo CONTRATANTE;
- 5.1.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, **o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, exceto** quanto à parte incontroversa, que será devidamente adimplida;
- 5.1.9. Constatando-se alguma irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 5.1.10. Estão incluídos no valor os encargos sociais, custos operacionais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o bom cumprimento na prestação dos respectivos serviços.

5.2. Da Retenção do Imposto

- 5.2.1. A CONTRATADA submeter-se-á para fins de **retenção de IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte**, com exceção das optantes pelo Simples Nacional e as pessoas jurídicas amparadas por isenção; imunidade; não incidência ou alíquota zero de imposto de renda, as empresas enquadradas legalmente em incidência obrigatória previstas no anexo I da IN 1.234/2021 coluna 02 – IR das alíquotas, em consonância com a IN 2145/2023 e o Decreto Municipal nº 4578/2023;
- 5.2.2. As retenções serão realizadas para fins de IRRF **excluindo-se as CSLL, PIS/PASEP ou COFINS**, em conformidade com as disposições do item anterior.
- 5.2.3. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. VALIDADE DA PROPOSTA

- 6.1. Deverá ser apresentada validade de proposta, e nos casos omissos será considerada a validade de 60 (sessenta) dias, contados da data do seu recebimento.
- 6.2. Os preços deverão ser apresentados por valor unitário e valor total em modelo de proposta comercial enviado por esta Casa de Leis, contendo os dados da empresa.
- 6.3. **Para a presente contratação, deverá o fornecedor comprovar:**

6.3.1. **Habilitação Jurídica:** deverá o contratado comprovar os seguintes requisitos, conforme o caso:

I - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- II - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- III - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- IV - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- V - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VI - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- VII - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

6.3.2. **Qualificação Técnica:** A complexidade e o nível de detalhamento técnico fazem necessária a contratação de empresa especializada, com capacidade técnica e operacional, para garantir a entrega do objeto, de acordo com suas características e peculiaridades, relativas ao ambiente de atuação, sob perspectivas de atividades de negócio, solução sistêmica e de tecnologia aplicada. A empresa **CONTRATADA** deverá ter os seguintes requisitos:

6.3.2.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

técnica para atendimento de pelo menos 50% do objeto, com indicação do fornecimento, qualidade do material, do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições de serviço, conforme especificado no OBJETO;

6.3.2.2. Do(s) atestado(s) deverão constar razão social e CNPJ da licitante;

6.3.2.3. Os atestados ou certidões poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes.

6.3.3. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:** A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa. (Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança, ou em qualquer outra ação).

6.3.3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.3.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.3.3.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

6.3.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.3.3.5. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao FGTS - CRF, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

6.3.3.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT;

7. LOCAL, PRAZO, HORÁRIO E DEMAIS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Do Local de Execução dos Serviços



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

7.1.1. Os serviços prestados deverão ser efetuados mediante **Autorização de Fornecimento de Serviço**, emitida por responsável competente do Setor de Compras devidamente assinada pelo Presidente desta Câmara Municipal.

7.1.2. Os serviços serão executados na Câmara Municipal de Jaguariúna, situada à rua Cel. Amâncio Bueno, 446, Centro, CEP 13910-009, Jaguariúna/SP, no horário das 8h30min às 16h30min, de segunda a sexta-feira (dias de expediente).

7.1.3. O fornecedor não poderá formalizar o serviço sem a referida Autorização de Fornecimento.

7.1.4. Os serviços realizados em desconformidade com este Termo de Referência serão reprovados.

7.2. Do Prazo e Horário da Execução dos Serviços

7.2.1. A prestação dos serviços deverá ser realizada em **até 10 (dez) dias úteis** da formalização da Autorização de Fornecimento do Serviço, podendo ser prorrogado por igual período a critério da contratante.

8. RECEBIMENTO DO OBJETO/SERVIÇOS

- 8.1. O recebimento do objeto contratado ficará sob a responsabilidade do servidor informado no Documento de formalização de Demanda (DFD)
- 8.2. O recebimento do objeto dar-se-á **DEFINITIVAMENTE** no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis após o Recebimento Total** ou da data de conclusão das correções efetuadas;
- 8.3. A execução dos serviços objeto deste, deverá ser realizada seguindo todas as orientações e exigências e todas as especificações determinadas pelo CONTRATANTE, de acordo com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência;
- 8.4. O CONTRATANTE poderá suspender ou mandar paralisar o serviço em andamento que não esteja sendo executado dentro das exigências e orientações emitidas por esta;
- 8.5. O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições determinadas (tais como produtos em dissonância com as especificações deste TR e/ou exigências contratuais), podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 8.6. Na hipótese de os serviços não estarem em conformidade com o solicitado, tal fato será comunicado à CONTRATADA, com discriminação das providências imediatas a serem adotadas, sem prejuízo de adoção das sanções administrativas cabíveis;
- 8.7. O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, defesa prevista em Lei.

9. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

9.1. São Obrigações do Contratante:

- 9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e na forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- 9.1.3. Notificar por escrito a ocorrência de irregularidades durante a execução dos serviços, bem como comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.1.4. Apurar e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 9.1.5. Convocar a CONTRATADA para reuniões, sempre que necessário;
- 9.1.6. Expedir a Autorização de Fornecimento de Serviços imediatamente após autorização do presidente;
- 9.1.7. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do presente descritivo, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações e repactuações do mesmo;
- 9.1.8. Prestar ao supervisor/preposto da CONTRATADA as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados;
- 9.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros, em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

9.2. São Obrigações da Contratada:

- 9.2.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes da proposta aceita, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 9.2.2. Efetuar a entrega do objeto e a execução dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes do processo de contratação direta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, quando for o caso, as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 9.2.3. Substituir, reparar ou corrigir, a suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.2.4. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 9.2.5. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.2.6. Entregar o produto de acordo com o pactuado, não sendo aceito em nenhuma hipótese produto similar, remanufaturado, reciclado ou pirateado;
- 9.2.7. A CONTRATADA deverá manter a confidencialidade de todos os dados e informações concedidas.
- 9.2.8. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outras que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la;
- 9.2.9. Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou funcionário público da Câmara Municipal de Jaguariúna;
- 9.2.10. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos e prejuízos causados de forma direta ou indireta decorrentes de culpa ou dolo decorrentes de sua execução ao CONTRATANTE ou a terceiros, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade independente do acompanhamento e fiscalização do CONTRATANTE;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 9.2.11. É responsável também pela qualidade na execução do objeto, cabendo-lhe verificar o atendimento dos padrões e condições exigidos, e assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 9.2.12. Responsabilizar-se-á pelos recolhimentos de tributos que venham a incidir sobre o objeto deste contrato, arcando inclusive com os tributos federais, estaduais e municipais, que porventura incidam ou incidirão sobre o respectivo contrato bem como os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- 9.2.13. Atender rigorosamente as condições estabelecidas nas especificações técnicas contidas no descritivo.
- 9.2.14. A fabricação, o acondicionamento, o transporte e a entrega são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá obedecer às normas e padrões legais estabelecidos.

10. VIGÊNCIA

- 10.1. A contratação **vigera** pelo período de execução do objeto.

11. DO REAJUSTE, ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 11.1. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, contado da **data do orçamento estimado da contratação**, mediante aplicação do **IPCA/IBGE**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, conforme art. 92, §3º da Lei nº 14.133/2021.
- 11.2. Na hipótese de atraso no pagamento por parte da CONTRATANTE, o valor devido será atualizado monetariamente desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mediante aplicação do **IPCA/IBGE**, acrescido de **juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês**, calculados pro rata die, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.
- 11.3. Fica assegurado às partes o direito à **revisão dos preços** para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação do fato superveniente que altere os custos da contratação.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

12. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 12.1. Poderão participar da presente contratação todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos por este Termo de Referência.
- 12.2. Não poderão participar da presente contratação pessoas físicas ou jurídicas que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente impedido, ou suspenso com o Município de Jaguariúna/SP, ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, ou que estejam direta ou indiretamente nas condições previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, ou, ainda:
- 12.2.1. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 12.2.2. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inc. V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
- 12.2.3. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 33, incisos. IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do art. 74, incisos. IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012.

13. HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

- 13.1. Para maiores esclarecimentos, os interessados podem entrar em contato com o Departamento de Compras e Licitações, na sede da administração, no endereço mencionado no rodapé, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 16h30 (dias de expediente), pelo telefone (19) 3847-4336 ou pelo e-mail compras@jaguariuna.sp.leg.br. As dúvidas ou pedidos de informações serão encaminhados ao responsável pela contratação.

14. GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 14.1. A contratada deverá garantir a qualidade e a conformidade técnica de todos os serviços executados, incluindo vistorias, elaboração de laudos, projetos e as devidas ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) ou RRTs (Registros de Responsabilidade Técnica).



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 14.2. A garantia do serviço abrange a responsabilidade integral da contratada pela aprovação do processo junto ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP). Caso haja notificações de irregularidades (comunique-se) emitidas pelo órgão fiscalizador, a contratada deverá realizar as correções necessárias nos documentos ou orientar as adequações físicas sem qualquer custo adicional para a Administração.
- 14.3. A garantia somente será considerada encerrada com a entrega do protocolo de aprovação final e a emissão definitiva do referido Auto de Vistoria (AVCB).

15. VISITA TÉCNICA (NÃO OBRIGATÓRIA)

- 15.1. As empresas interessadas **poderão** realizar visita técnica para tomarem conhecimento do ambiente, bem como dos custos envolvidos para execução do objeto, isentando o CONTRATANTE de acréscimos nos valores de eventuais custos de instalação.
- 15.2. A visita técnica deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 horas, oportunidade na qual será emitido o competente Atestado de Visita Técnica.
- 15.3. **A falta da visitação, não será impedimento** para participar da cotação de preço, **porém, não poderá posteriormente alegar desconhecimento das condições para a execução do serviço, assim resguardando a Administração de possíveis inexecuções contratuais, decorrente da falta de visita ao local.**

16. DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

- 16.1. Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços descritos no presente Termo de Referência, à Câmara Municipal de Jaguariúna é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços prestados.
- 16.2. A presente contratação estará sob supervisão de servidores desta Casa de Leis e em conformidade com o Documento de Formalização de Demanda - DFD.
- 16.3. Para maiores esclarecimentos, os interessados poderão entrar em contato com o Departamento de Compras e Licitações, na sede da administração, no endereço mencionado no rodapé, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 16h30 (dias úteis), pelo telefone (19) 3847-4336 ou pelo e-mail compras@jaguariuna.sp.leg.br. As dúvidas ou pedidos de esclarecimentos serão encaminhados ao responsável pela contratação.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. A desistência da proposta, dentro do prazo de sua validade, a não regularização de documentação prevista neste Descritivo, o descumprimento na execução do serviço por inexecução total ou parcial, ensejarão em multa de até 20% (vinte por cento) do valor total da proposta, lance ou oferta, em conformidade com o artigo 155 e 156 da Lei 14.133/21.
- 17.2. As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente.
- 17.3. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a CONTRATADA de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Contratante.
- 17.4. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e comprovado. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

18. SUBCONTRATAÇÃO

- 18.1. É vedada a subcontratação deste objeto.

19. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 19.1. A presente contratação será custeada com recursos do Tesouro conforme abaixo:

Ficha 10 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.- Elemento: 3.3.90.39.99

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. Este Termo de Referência poderá ser alterado futuramente para garantir a correta apresentação dos dados necessários à proposta comercial, bem como para assegurar a conformidade com as condições estabelecidas pela legislação vigente.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, 18 de maio de 2026.

Ver. Rodrigo Reis de Souza
Presidente





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo
www.jaguariuna.sp.leg.br

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(A proposta deverá ser impressa em papel timbrado da empresa e assinada por seu representante legal, fazendo constar marca e modelo de todos os equipamentos ofertados, cujas características devem estar de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência)

À
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA – SP
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 15

Proposta de Preço

OBJETO: Expedição de certificado de licença, CLCB, para a edificação ou a área de risco baixo, nos termos do regulamento de segurança contra incêndio do Estado de São Paulo.

DADOS DO FORNECEDOR		
Razão social:		
Nome Fantasia:		
CNPJ:	I.E.:	
Endereço:	Nº:	
Complemento:	Bairro: x	
Município:	Estado:	CEP:
Enquadramento: <input type="checkbox"/> ME <input type="checkbox"/> EPP <input type="checkbox"/> EIRELI <input type="checkbox"/> LTDA <input type="checkbox"/> S/A <input type="checkbox"/> MEI		
Telefone:	E-mail:	
DADOS DO ADMINISTRADOR		
Nome:	CPF:	
Telefone:	E-mail:	
DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA PROPOSTA		
Nome:	CPF:	
Cargo/Função		
Telefone:	E-mail:	

Detalhamento da Proposta:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo
www.jaguariuna.sp.leg.br

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços técnicos especializados para obtenção e/ou renovação de AVCB/CLCB, compreendendo vistoria técnica preliminar das instalações e sistemas de prevenção e combate a incêndio, elaboração de laudos técnicos, emissão de ART/RRT por profissional habilitado, elaboração e protocolo da documentação necessária junto ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, acompanhamento do processo no sistema “Via Fácil Bombeiros”, incluindo correções e atendimento a exigências até a emissão final do certificado. Área Total (m²): 609,09	1	Serv		R\$	R\$
	Valor Global da Proposta:					
	Validade da proposta: 60 dias					
	Condições de pagamento: Conforme Termo de Referência					
	Valor mínimo para faturamento:					
	Prazo para retirada: Conforme Termo de Referência					
Dados Bancários: Banco do brasil				AG:		C/C:
	Boleto Bancário					

A formulação desta proposta atende na íntegra todo o conteúdo exigido no **Termo de Referência**.

Este Termo de Referência poderá sofrer alterações até a data de divulgação ou publicação do instrumento convocatório, a fim de fornecer corretamente os dados para se adequar às condições estabelecidas pela legislação vigente.

Por ser verdade, assina o presente:

_____, _____ de _____ de 2026



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo
www.jaguariuna.sp.leg.br

Nome e assinatura do Representante Legal ou Responsável pelo envio da Proposta

Cargo / RG

Dados do responsável pela assinatura:

Nome:

CPF:

Telefone:

E-mail:

Cargo/Função: